

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração do resultado abrangente

Quadro IV – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro V – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores da
CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.
Salvador - Bahia**

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sem ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relacionada com a continuidade operacional

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo. Consequentemente, sua manutenção em regime operacional depende diretamente dos planos e esforços da Administração com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e retomada da lucratividade. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e não incluem quaisquer ajustes decorrentes desta incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Consoante mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia pretende, no exercício de 2020, adotar providências para reverter o patrimônio líquido negativo, através da contabilização do custo atribuído das fazendas e, se necessário, fazer integralização de capital social com créditos de acionistas.



Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram por nós auditadas, sobre as quais emitimos relatório, datado de 08 de março de 2019, contendo parágrafo de ênfase relacionado com a incerteza da continuidade operacional.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela Administração, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 03 de março de 2020.



AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES

CRC/BA - Nº 0568

ALEXANDRE LOMANTO MAIMONE NETO

CONTADOR - CRC/BA Nº 17.549

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, excluídos os centavos)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em reais, excluídos os centavos)**

	Nota	2019	2018
Receita operacional bruta			
De arrendamentos de terrenos	15	7.500.845	3.689.926
Serviços	16	1.800.000	-
		9.300.845	3.689.926
Deduções sobre receitas		(429.481)	(343.486)
Receita operacional líquida		8.871.364	3.346.440
Custo dos serviços prestados	16	(1.853.000)	-
Lucro bruto		7.018.364	3.346.440
(Despesas) receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	17	(1.502.587)	(1.608.096)
Tributárias		(46.286)	(46.189)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	280.614	1.155.827
Despesas financeiras	19	(4.534.427)	(6.741.460)
Outras receitas (despesas) operacionais		6.288	(321.126)
Total das (despesas) receitas operacionais		(5.796.398)	(7.561.044)
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda		1.221.966	(4.214.604)
Imposto de renda	20	(727.417)	(33.854)
Contribuição social	20	(270.510)	(14.595)
Lucro (Prejuízo) do exercício		224.039	(4.263.053)
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social no final do exercício		R\$ 0,02	R\$ (0,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III**CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018****(Em reais, excluídos os centavos)**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	224.039	(4.263.053)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente	<u>224.039</u>	<u>(4.263.053)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>12.020.001</u>	<u>(65.926.432)</u>	<u>(53.906.431)</u>
Prejuízo do exercício			(4.263.053)	(4.263.053)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>12.020.001</u>	<u>(70.189.485)</u>	<u>(58.169.484)</u>
Lucro do exercício			224.039	224.039
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>12.020.001</u>	<u>(69.965.446)</u>	<u>(57.945.445)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO V

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro (Prejuízo) do exercício	224.039	(4.263.053)
Ajustado por:		
Provisão para contingências	159.459	1.351
Atualização monetária, líquida	2.957.378	-
Variação cambial, líquida	1.244.293	4.557.337
	<u>4.585.169</u>	<u>295.635</u>
Variações nos ativos - aumento (redução)		
Contas a receber	-	1.780
Tributos a recuperar	159.649	(62.248)
	<u>159.649</u>	<u>(60.468)</u>
Variações nos passivos - (redução) aumento		
Fornecedores	(34.777)	231.603
Obrigações tributárias e parcelamentos	(466.313)	(370.720)
Adiantamentos de clientes	-	159.104
Acordos a pagar	1.277.200	-
	<u>776.110</u>	<u>19.987</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>5.520.928</u>	<u>255.154</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Empréstimos a empresas ligadas, líquidos dos recebimentos	(7.457.605)	(2.983.303)
Aquisição de investimentos	(33.489)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(7.491.094)</u>	<u>(2.983.303)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
Empréstimos de empresas ligadas, líquidos dos pagamentos	(1.687.753)	(8.641.953)
Captação de recursos na emissão de debêntures, líquido	2.147.263	13.313.248
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>459.510</u>	<u>4.671.295</u>
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.510.656)</u></u>	<u><u>1.943.146</u></u>
<u>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.947.082	3.936
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	436.426	1.947.082
	<u><u>(1.510.656)</u></u>	<u><u>1.943.146</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CAMPO LARGO PATRIMONIAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Campo Largo Patrimonial S.A. ou “Companhia”, com sede em Salvador, é uma sociedade por ações, subordinada aos termos da Lei nº 6.404/76. A Sociedade tem por objeto social a compra e venda de imóveis próprios, o aluguel de imóveis próprios, o loteamento de imóveis próprios, a gestão e administração de propriedade imobiliária.

A Campo Largo é uma controlada da Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda., companhia situada na Cidade de Lisboa, Portugal. A Empresa tem como objetivo social: (i) compra e venda de imóveis próprios; (ii) aluguel de imóveis próprios; (iii) loteamento de imóveis próprios (iv) gestão e administração da propriedade imobiliária.

Em 27 de junho de 2016, foi protocolada a incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda., tendo por base o balanço patrimonial em 31 de maio de 2016 e laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Com a incorporação da empresa Biobrax Energias Renováveis Ltda, o patrimônio líquido da Campo Largo Patrimonial S.A. que era positivo em R\$ 8.779.673 (31 de dezembro de 2015), passou a ser negativo em R\$ 57.945.446 (31 de dezembro de 2019), reflexo, basicamente, da referida incorporação, sem qualquer interferência direta da atividade normal e operacional da Companhia.

Para reverter essa situação, os sócios acionistas pretendem, durante o exercício de 2020, reconhecer contabilmente o custo atribuído das fazendas classificadas em conta de investimentos e, se necessário, fazer integralização de capital social com parte dos empréstimos dos sócios, classificados no passivo não circulante. Ademais, a Administração entende que não há risco de continuidade operacional, em virtude do principal débito existente ser decorrente de empréstimos contraídos com os próprios acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.2. - Descrição das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos regulamentadores e requer que a Administração utilize de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor recuperável de ativos, provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicáveis, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

d) Propriedade para investimentos

A propriedade para investimentos é inicialmente mensurada pelo custo e podendo ser subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

A Companhia optou pela adoção do método de custo.

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso o pagamento devido após o exercício subsequente são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento de propriedade no curso normal das atividades da Companhia. A receita bruta é apresentada deduzida dos tributos, abatimentos e os respectivos descontos. Os tributos incidentes sobre as receitas estão apresentados deduzidos dos respectivos créditos tributários. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão.

- **Receita de aluguel de propriedade para investimentos**

A receita de aluguel de propriedade para investimentos é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total pelo período do arrendamento.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

- **Receitas de serviços**

A receita dos contratos de prestação de serviço é reconhecida levando em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações financeiras.

g) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

h) Moeda estrangeira

- **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, excluídos os centavos, que é a moeda funcional da Companhia, e também, sua moeda de apresentação.

i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são reconhecidas no Resultado do Exercício. A Companhia não efetuou revisão do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. GESTÃO DE RISCOS

a) Gestão do risco de capital

A Administração da Companhia administra seu capital, para assegurar que suas operações possam continuar com suas atividades normais.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras e também, dessa nota explicativa.

▪ Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

e) Risco de mercado

▪ Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira, o que gera exposição às variações nas taxas de câmbio tais como: contas a pagar com fornecedores e empréstimo junto a empresa ligada.

Atualmente, a Companhia não está coberta contra variações na taxa de câmbio e não tem sido prática operar com derivativos.

4. CAIXA E QUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	1	1.717
Bancos conta movimento		
Banco Paulista	359.980	362.289
Banco do Nordeste	-	589
Bradesco S.A.	1	1
Aplicação financeira		
Bradesco S.A - (a)	76.444	1.582.486
	436.426	1.947.082

(a) Refere-se, basicamente, a aplicação financeira em renda fixa de liquidez imediata, remunerada pela variação do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda	11.827.076	11.588.132
Outros	65.202	65.202
	11.892.278	11.653.334

Os saldos das contas a receber são decorrentes da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

O saldo a receber refere-se a venda para a Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda. da participação societária da Biobrax Energias Renováveis Ltda. na Campo Largo Patrimonial Ltda.

6. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

▪ EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS LIGADAS

	ATIVO	
	2019	2018
Norwind Energias Renováveis Ltda.	10.733.557	4.555.852
Quifel Energy Brasil Gestão Empresarial Ltda.	3.216.716	1.936.816
D-3 Patrimonial Ltda.	23.273	23.273
	13.973.546	6.515.941
	PASSIVO	
	2019	2018
Biobrax Energias Renováveis Portugal Lda.	53.524.871	53.826.478
Quifel Natural Resources S.A.	2.730.988	2.675.813
	56.255.859	56.502.291

Os empréstimos foram obtidos e concedidos através de mútuos, sem cobrança de encargos financeiros.

Biobrax Energias Renováveis Portugal, Lda.

Refere-se, basicamente, à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 11.785.059 em 31 de dezembro de 2019. (Em 31 de dezembro de 2018, € 12.129.911).

Quifel Natural Resources S.A.

Refere-se à transferência de saldo através da incorporação da Biobrax Energias Renováveis Ltda. Os valores são decorrentes de operações de empréstimos em Euros no montante de € 603.000 em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. INVESTIMENTOS

	2019	2018
Propriedade para investimentos		
Fazenda Campo Largo	12.010.000	12.010.000
Fazenda Boa Sorte	2.680.560	2.680.560
Fazenda Várzea	1.800.000	1.800.000
Outros	63.489	30.000
	16.554.049	16.520.560

Fazenda Campo Largo, Fazenda Boa Sorte e Fazenda Várzea.

No exercício de 2016, a Companhia transferiu o saldo constante no grupo do imobilizado para o grupo de investimentos. As propriedades atendem aos requisitos necessários previstos no pronunciamento técnico CPC 28 – Propriedade para investimentos, tendo sido registradas pelo custo de aquisição.

8. FORNECEDORES

	2019	2018
Quifel Natural Resources S.A.	2.109.355	2.067.439
Hamsa Apoio Administrativo Eireli	-	28.000
Outros	7.164	13.941
	2.116.519	2.109.380
Passivo circulante	2.116.519	2.081.380
Passivo não circulante	-	28.000

Quifel Natural Resources S.A.

Saldo referente a prestação de serviços para Biobrax Energias Renováveis Ltda. transferido para a Campo Largo através do processo de incorporação. Os valores são decorrentes de transações em Euros no montante de € 465.744 em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9. DEBÊNTURES A PAGAR

	2019	2018
Debêntures a pagar (1ª emissão)	13.787.231	14.063.078
Debêntures a pagar (2ª emissão)	4.482.630	-
(-) Custos na emissão de debêntures	(772.219)	(749.830)
	17.497.642	13.313.248
Passivo circulante	1.940.795	1.365.461
Passivo não circulante	15.556.847	11.947.787

Debêntures a pagar (1ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 14.000.000, na data da emissão, refere-se a 14.000 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,75% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 120 meses a contar da data de emissão. As debêntures serão amortizadas mensalmente em 117 parcelas, a partir de janeiro de 2019.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

Debêntures a pagar (2ª emissão)

Com base nas deliberações em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de julho de 2019, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

O valor total de R\$ 4.500.000, na data da emissão, refere-se a 4.500 debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, remuneradas com taxa de 9,00% ao ano, acrescida da variação do IPCA/IBGE e prazo de vencimento de 123 meses a contar da data de emissão. O valor nominal unitário atualizado das debêntures será amortizado em 87 (oitenta e sete) parcelas mensais, sendo o primeiro pagamento em 21 de novembro de 2019 e o último em 21 de novembro de 2029.

Para a garantia da operação de emissão das debêntures, foi efetuada a cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, dos direitos creditórios da Campo Largo, oriundos dos 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica.

10. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

	2019	2018
Parcelamento Lei nº 11.941/09	2.283.987	2.673.231
Outros	16.160	79.425
	2.300.147	2.752.656
Passivo circulante	485.477	522.261
Passivo não circulante	1.814.670	2.230.395

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009

O saldo é referente ao parcelamento de débitos de ITR da Biobrax Agrícola Ltda. transferido para a Campo Largo, no exercício de 2014, através do processo de incorporação da Companhia.

No exercício de 2009, a Biobrax Agrícola Ltda., protocolou junto à Secretaria da Receita Federal, termo de opção pelo Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.

O Refis IV destina-se a promover a regularização de créditos com a União, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em razão de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive aqueles decorrentes de saldos remanescentes dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no Parcelamento Especial – PAES, no Parcelamento Excepcional – PAEX, no parcelamento previsto no art. 38, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e no parcelamento previsto no art. 10, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, além da possibilidade de pagamento à vista dos débitos. Em 21 de novembro de 2009, os débitos foram consolidados e suas parcelas estão sendo pagas respeitando as datas de vencimento.

O saldo devedor em 31 de dezembro de 2019 e 2018 encontra-se composto da seguinte forma:

Quantidade de parcelas restantes:				
Total de parcelas consolidadas	2019	2018	2019	2018
160	58	70	2.283.987	2.673.231
Total			2.283.987	2.673.231

11. ACORDOS A PAGAR

	2019	2018
Acordos de desapropriação a pagar	1.277.200	-
	1.277.200	-
Passivo circulante	955.200	-
Passivo não circulante	322.000	-

Montantes referem-se aos acordos a pagar em virtude das desapropriações dos terrenos destinados à construção dos parques eólicos CLWP I, CLWP 2 e CLWP 3 (Complexo CLWP).

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2019	2018
CLWP Eólica Parque I Ltda.	1.824.394	1.749.078
CLWP Eólica Parque II Ltda.	1.964.082	1.883.000
CLWP Eólica Parque III Ltda.	1.782.635	1.709.043
CLWP Eólica Parque IV Ltda.	1.782.635	1.709.043
CLWP Eólica Parque V Ltda.	1.782.635	1.709.043
CLWP Eólica Parque VI Ltda.	1.782.635	1.709.043
CLWP Eólica Parque VII Ltda.	1.782.635	1.709.043
CLWP Eólica Parque XV Ltda.	1.964.082	1.883.000
CLWP Eólica Parque XVI Ltda.	1.972.912	1.891.465
CLWP Eólica Parque XVIII Ltda.	1.973.206	1.891.745
CLWP Eólica Parque XXI Ltda.	1.782.635	1.709.043
	20.394.486	19.552.546

A Companhia recebeu adiantamentos dos arrendatários das áreas onde estão sendo construídos os parques eólicos. Esses adiantamentos são atualizados pela IPCA/IBGE e serão compensados pelo período de 13 anos, dos valores mensais futuros a serem faturados.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2019, os valores envolvidos de acordo com processos, cuja probabilidade de perda é provável, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

	2019	2018
Provisão para contingências tributárias	741.985	582.526
	741.985	582.526

Os valores estimados dos processos contidos nas informações da assessoria jurídica, cujo risco foi avaliado como provável, podem ser assim demonstrados:

Processo	Valor estimado – R\$
Tributário	
10530.724.011/2014-58	167.209
10530.724.012/2014-01	150.308
10530.724.360/2014-70	62.287
10530.726.604/2011-14	185.823
10530.726.605/2011-51	176.358
Total	741.985

Os processos tributários referem-se a autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal de Feira de Santana para a cobrança de ITR correspondentes aos exercícios de 2007 a 2011.

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está representado por 12.020.001 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

15. RECEITAS DE ARRENDAMENTOS

	2019	2018
Arrendamentos de terrenos	7.500.845	3.689.926
	7.500.845	3.689.926

As receitas são decorrentes de 23 contratos de cessão de uso e outros direitos para a instalação de centrais geradoras de energia eólica na Fazenda Campo Largo. Os contratos possuem vencimento em 2063.

O acréscimo significativo no exercício de 2019 decorre do início da operação dos parques eólicos (Fase 1). Com o início da operação, a Campo Largo passa a receber 1,5% do faturamento bruto mensal.

16. SERVIÇOS PRESTADOS

	2019	2018
Serviços de intermediação na desapropriação de terrenos	1.800.000	-
(-) Custo com os acordos de desapropriação	(1.853.000)	-
	(53.000)	-

No exercício de 2019, a Companhia foi contratada pela Engie Brasil para intermediar a desapropriação dos terrenos das áreas destinadas à construção dos parques eólicos CLWP I, CLWP 2 e CLWP 3 (Complexo CLWP).

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Assessoria jurídica	795.704	843.697
Consultoria técnica	217.372	500.464
Serviços contratados	240.073	209.358
Provisão para contingências	159.459	1.351
Outros	89.979	53.226
	1.502.587	1.608.096

18. RECEITAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Variação cambial ativa	238.944	1.109.122
Outros	41.670	46.705
	280.614	1.155.827

19. DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Variação cambial passiva	1.483.236	5.666.460
Atualizações monetárias	2.957.378	1.046.675
Outros	93.813	28.325
	4.534.427	6.741.460

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

2019 – Lucro presumido (Regime de caixa)

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Receitas dos serviços prestados	-	-	1.800.000	-	1.800.000
Receitas de arrendamentos	2.088.261	1.812.956	1.779.929	1.819.698	7.500.844
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%	
Base de cálculo presumida	668.244	580.146	1.145.577	582.304	2.976.271
Outras receitas	10.798	13.572	2.589	2.439	29.398
Base de cálculo total	679.042	593.718	1.148.166	584.743	3.005.669
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Contribuição social corrente	61.113	53.435	103.335	52.627	270.510
Imposto de renda corrente	163.760	142.430	281.042	140.185	727.417

2018 – Lucro real trimestral

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(945.130)	(61.470)	(1.355.770)	(1.852.234)	(4.214.604)
(+) Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	954.945	283.317	1.266.217	885.499	3.389.978
(-) Variação cambial ativa	-	-	-	(2.706.000)	(2.706.000)
Base de cálculo	9.815	221.847	(89.553)	(3.672.735)	(3.530.626)
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(2.944)	(66.554)	-	-	
Base de cálculo total	6.871	155.293	-	-	
Alíquota oficial do tributo – IRPJ	15%	15%	15%	15%	
Adicional – IRPJ	10%	10%	10%	10%	
Alíquota oficial do tributo – CSLL	9%	9%	9%	9%	
Contribuição social corrente	618	13.977	-	-	14.595
Imposto de renda corrente	1.031	32.823	-	-	33.854
